

Curso/Disciplina: Direito Civil Objetivo

Aula: Direito Civil Objetivo – Arras - 45

Professor(a): Rafael da Mota Mendonça

Monitor(a): Bruna Paixão

Aula nº. 45

ARRAS

CONCEITO: sinal de pagamento que demonstra a seriedade na formação de um contrato futuro.

ARRAS PODEM SER:

- A) CONFIRMATÓRIA:** SÃO AQUELAS QUE NÃO ADMITEM O ARREPENDIMENTO.
- B) PENITENCIAL:** ADMITEM O ARREPENDIMENTO.

A regra são as arras confirmatórias - art. 418

No caso de arrependimento, por parte de quem pagou as arras, o valor dado a título de arras confirmatórias é perdido em benefício de quem as recebeu, podendo ainda ser exigido perdas e danos.

Em caso do arrependimento ser por parte de quem as recebeu, caberá a devolução do valor recebido mais o equivalente, podendo ainda ser exigido perdas e danos.

ART. 420 – ARRAS PENITENCIAIS

No caso de arrependimento por parte de quem pagou as arras penitenciais, o valor é perdido em favor de quem as recebeu, contudo não pode ser exigido as perdas e danos.

Em sendo o arrependimento por parte de quem as recebeu haverá a devolução das arras penitenciais em dobro, não podendo contudo ser exigido as perdas e danos.

As arras penitenciais possuem natureza indenizatória, porque é passível de arrependimento, e quem as deu perde e quem a recebeu as devolve em dobro. Aqui não se fala em perdas e danos pois a reparação é feita pelas próprias arras.

As arras confirmatórias possui natureza de sinal.

LEGISLAÇÃO

CÓDIGO CIVIL

Art. 418. Se a parte que deu as arras não executar o contrato, poderá a outra tê-lo por desfeito, retendo-as; se a inexecução for de quem recebeu as arras, poderá quem as deu haver o contrato por desfeito, e exigir sua devolução mais o equivalente, com atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, juros e honorários de advogado.

[...]

Art. 420. Se no contrato for estipulado o direito de arrependimento para qualquer das partes, as arras ou sinal terão função unicamente indenizatória. Neste caso, quem as deu perdê-las-á em benefício da outra parte; e quem as recebeu devolvê-las-á, mais o equivalente. Em ambos os casos não haverá direito a indenização suplementar.